

**LEMBRANÇAS/MEMÓRIAS DE ESTUDANTE/PROFESSORA  
SOBRE O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (IEP)  
EM TEMPOS DE DITADURA, de 1964 a 1985**

Maria José Aviz do Rosário  
[mrosario@ufpa.br](mailto:mrosario@ufpa.br)

Maria de Fátima Matos de Souza  
[fmatos@ufpa.br](mailto:fmatos@ufpa.br)

**RESUMO**

Este artigo pretende por meio de lembranças/Memórias de uma estudante/professora, reconstruir passos do IEP, no período, da ditadura militar de 1964 a 1985, com o objetivo de ser mais um elemento de reflexão junto ao projeto de pesquisa, “FORM(A)ÇÃO DE PROFESSORAS/ES EM TEMPOS DE DITADURA: o Instituto de Educação do Pará no período de 1964 a 1985”. ICED-UFPA-CNPQ e desse modo, contribuir para com a história e memória da educação paraense e brasileira. Os relatos apresentam a forma como era concebida a educação pelos governos dos militares no Estado do Pará e como os alunos/professores desse educandário se organizavam para lutar contra a ditadura e por um currículo de ensino menos esvaziado de conhecimento necessário a formação ideológico/política. A organização dos movimentos de resistência criadas no interior da instituição foi fundamental para a formação de professores comprometidos com a justiça social, com a democratização e a qualidade do ensino paraense.

Palavras chave: Formação de professoras/es; Ditadura militar; IEP

**REMEMBRANCE / MEMORIES OF STUDENT / TEACHER ABOUT THE  
INSTITUTE OF EDUCATION OF PARÁ (IEP) IN PERIOD MILITARY  
DICTATORSHIP, 1964-1985**

**ABSTRACT**

This paper intends through of remembrance / memory a student / teacher, rebuild a steps of IEP, in period military dictatorship from 1964 to 1985 in objective to be more of a reflection together with the research Project, “FORM(A)TION OF TEACHERS IN TIMES DICTATORSHIPS: the institute of education of Pará from 1964 to 1985” – ICED – UFPA – CNPQ and thereby, contribute to history and memory of Pará and Brazilian education. The narration show the way it was designed education by the military governments in the State of Pará and how students / teachers os this breed were organized to fight against the dictatorship and for a less emptied educational curriculum knowledge necessary to ideological training / policy. The organization of the opposition movements created within the institution was instrumental in the formation os teachers committed to social justice, democratization and the quality of Pará education.

Keywords: Teacher education / s; Military dictatorship; IEP

“Da instrução semeia sempre a luz.  
Como o lavrador que nas leiras  
A semente espalha a cantar  
E de ensino de pregar companheiros  
Ensinar é também semear.”  
(Estrofe do hino do IEP)

O Instituto de Educação do Pará (IEP), nasceu de forma vaga e incipiente, com a inclusão, em 1841, de uma aula de ensino normal, no currículo do Liceu Paraense e somente em 1871, o poder público encarou de fato e de direito a questão do preparo da formação do professor para a escola primária, na Província paraense, criando a Escola Normal, Lei 669 de 13 de abril de 1871 (Relatório PIBIC, 2013). É uma das instituições escolares mais antigas do Brasil, por ela passaram muitas gerações de paraense, entre elas suas professoras e professores, acreditando como diz a estrofe de seu hino, ensinar é também semear.

Este artigo pretende por meio de lembranças/Memórias de uma estudante/professora, reconstruir passos do IEP, no período, da ditadura militar de 1964 a 1985, com o objetivo de ser mais um elemento de reflexão junto ao projeto de pesquisa, “FORM(A)ÇÃO DE PROFESSORAS/ES EM TEMPOS DE DITADURA: o Instituto de Educação do Pará no período de 1964 a 1985” - ICED-UFPA-CNPQ e desse modo, contribuir para com a história e memória da educação paraense e brasileira.

Há um consenso entre os pesquisadores de que o trabalho com fontes orais ampliou-se no sentido de valorizar todos aqueles que estejam representados nas pesquisas e investigações, valorizando vozes de pessoas, trajetórias de vida, memórias, biografias e histórias que possam dar respostas aos questionamentos, sobre um determinado fenômeno. (SARAT e SANTOS, 2010). Neste sentido, optamos ao reconstruir passos do IEP, no período, da ditadura militar de 1964 a 1985, ouvir uma professora/aluna, valorizando aquelas que por anos construíram o IEP, já que concordamos que a “memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos<sup>1</sup>”.

O trabalho de escuta para produção do presente artigo, envolveu membros do projeto<sup>2</sup> de pesquisa e bolsistas de iniciação científica<sup>3</sup> e, por ele pode-se então, dar voz à estudante/professora que por meios de suas lembranças nos ajudam a contar, a compreender e delimitar melhor o IEP em tempos de ditadura.

O artigo tratar do período da Ditadura que segundo Paiva (2015, p.89), “[...] começou mesmo em 25 de agosto de 1961, quando Jânio renunciou de surpresa e os militares e a direita sentiram que se abria a oportunidade antes, abortada com suicídio de Getúlio”. Na verdade, no Brasil há ideia de golpe sempre se fez presente em sua história<sup>4</sup>.

No ano de 1972, a estudante/professora, forma - se pelo instituto. Esse ano faz parte daquilo que ficou conhecido como anos de chumbo na ditadura<sup>5</sup>. É um período singular, quando a imagem da tortura no Brasil, deixou de ser obra de ficção de filmes e passou a ser denunciada por aqueles que foram torturados. No dizer de Syrkis (1980, p.128).

Mas que as técnicas de suplício reveladas nos seus detalhes: choques elétricos, afogamentos, pau de arara, etc., o que chocava o sadismo, a maldade imensurável, a degradação humana. O objetivo fundamental da tortura era destruir a personalidade do preso, triturar a sua condição

de ser humano, humilhá-lo nos cantos mais recônditos do seu ego, violentar as suas mais ocultas fraquezas. Era executada e cientificamente aperfeiçoada por seres totalmente deformados, imbuídos de uma mentalidade nazista. Adoravam fazer aquilo e tinham todo o tempo.

Na verdade, a tortura foi à manifestação mais crua da essência repressiva assumida pelo estado em sua obsessão desmobilizadora da sociedade, onde o poder cruel da força impedia qualquer nível de razoabilidade. (GASPARI, 2002).

Nesse processo que atingia as instituições brasileiras, o novo regime começou a recompor as instituições sociais do país reorganizando a estrutura numa tentativa de desenvolvimento e segurança nacional. A recomposição significou uma nova maneira de governar e fez com que os militares abandonassem parcialmente leis do país e aplicassem os decretos, os chamados de Atos Institucionais. Começando pelo Ato número 01, em 09 de abril que na verdade deu “institucionalidade” ao golpe (ROSÁRIO, 2004).

As instituições educacionais não ficaram imunes, ao contrário sofreram reformas profundas, como a Lei 5.540/68 que reformou o ensino superior e a lei 5.692/71 transformou, compulsoriamente, o ensino de 1º e 2º Graus em ensino técnico profissionalizante, deixando um legado histórico/pedagógico difícil de ser esquecido.

Segundo Germano (2008, p. 324), o país vivia a euforia desenvolvimentista. Os militares pretendiam colocar o Brasil em *ordem*, por isso reformaram instituições conforme a sua visão estratégica de progresso, simbolizada pela ideia de *Brasil/potência*. Portanto, a reforma do Ensino de 1º e 2º graus, por sua vez, pretendeu atingir um duplo objetivo, sem descuidar do projeto de cidadania pensado para este período, qual seja: de um lado, conter a crescente demanda sobre o ensino superior, de outro: promover a profissionalização de nível médio. (Silva, 2014, p.131) A educação, tal como ocorrera na ditadura Vargas (1937-1945), porém, em maior escala, foi totalmente instrumentalizada como aparelho ideológico de Estado. (Bittar e Silva JR. 2006, p.03)

O IEP, seguiu seu rumo, ainda que tivesse por força das injunções político/legais promovido adequações de forma a atender ao novo contexto.

Deste modo, quando o instituto realizava a última colação de grau, regida pela então lei 4.024/61<sup>6</sup>, lá se encontrava a então estudante formando - se professora.

[...] era de praxe, nas colações de grau do IEP o DETRAN fechar o trânsito e a gente ia a pé até o teatro da Paz onde nossos parentes já nos esperavam”. A colação significava mais ainda para aquelas alunas que eram pobres “Já viu como é pobre? Jogava vôlei e saia na banda” e passaram o dobro do tempo no ensino ginásial. “Fiz o ginásio em 8 anos, não que o ginásio fosse em oito anos é porque eu repeti”.

Na época, a colação de grau de professoras, no Pará constituía-se em um acontecimento social muito importante. O ensino estruturava - se em dois ciclos: ‘o primeiro ciclo ginásial do curso secundário, com duração de quatro anos, funcionavam em Escolas Normais regionais voltados à a formação em regentes do ensino primário’ (Saviani, 2009, p.7).

As lembranças da estudante/professora nos remetem a uma discussão sobre as instituições escolares formadoras de professoras, o IEP abrigava pessoas de poder

aquisitivo mais baixo e não só a elite e classe média e, até os anos 1960 a formação de professoras/es ocupava lugar de destaque social.

O IEP, a exemplo de outras instituições escolares brasileira, no período da ditadura, promoveu uma transição, entre os estudos promovidos sob a égide da lei 4.024/61 e a lei 5.692/71, que promovera a reforma de ensino de 1º e 2º grau, no país.

O golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a lei n. 5.692/71, modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau. (SAVIANI, 2009, p 13-14).

A transição mencionada permitia que turmas que já tivessem cumprido 70% de seu currículo, poderiam concluir seus estudos, no chamado estudo velho. Segundo a estudante professora, “não chegou a ser feito com nossa turma, porque a gente já tinha feito mais de 70%, estávamos no segundo ano do pedagógico”.

A estudante/professora, informa o procedimento para o ingresso no Curso Normal do IEP, ‘entrei como aluna, admissão ao ginásio, fiz prova, mas quando começou a ditadura eu já estava lá, sai em 1972’. Nesse contexto, era a tradicional escola normal perdia o status de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia (TANURI, 2000).

A época o ensino era regido pela lei 4.024, de 20/12/1961, que não havia trazido soluções inovadoras para o ensino normal, conservando as grandes linhas da organização anterior, seja em termos de duração dos estudos ou de divisão em ciclos. (TANURI, 2000).

Neste sentido, o regime militar, embalado pelo “milagre econômico”, cuidou de, estabelecer vinculação entre a educação e o modelo autoritário de modernização das relações capitalistas de produção. (BITTAR E SILVA JR. 2006)

Creio que 1971 será um ano de marcante expansão industrial, incentivada pelo programa siderúrgico que dentro de poucos dias apresentarei à Nação (...). Sinto que a grande revolução educacional virá agora, na passagem da velha orientação propedêutica da escola secundária a uma realística preparação para a vida, que atenda à carência de técnicos de nível médio, problema dos mais críticos na arrancada do nosso desenvolvimento. (MÉDICI, 1971, p. 34. *Apud*. BITTAR e SILVA JR. 2006, p. 05).

A primeira vista parecia uma preocupação desprezível, quando a lei tratou da formação de professores. Entretanto, essa era uma das grandes empreitadas do regime. “O ministro da educação, coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, na sua exposição de motivos, quando da apresentação do anteprojeto de lei ao general-presidente Emílio Garrastazu Médici, afirmou: Outro capítulo de extrema importância é o “dos professores e especialistas” (BITTAR e SILVA JR, 2006, p. 06)

Esse imaginário do IEP como instituição escolar preocupada com importância da educação de qualidade e operativamente, povoa atravessando à memória da estudante/professora como lembranças boas do processo de formação, “lá era assim, a gente saía do IEP e passava logo em concursos; eu passei no concurso do Estado, em abril 1973 e fui trabalhar no Grupo Escolar Placídia Cardoso, situado na tambois, esquina da Breves. Para ela,

Os professores eram formados na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - UFPA, a época a UFPA não era universidade, tinha os cursos em suas faculdades (direito, medicina, etc.). Todos os professores tinham curso superior e por isso não tiveram necessidade da Licenciatura curta, implantada pela 5.540/68.

Logo, parece que o instituto, no contexto da ditadura encontrava – se na sua função, formar professoras/es, com qualidade, longe dos “fatos” que assombravam a democracia e a educação de modo particular. Esse apartamento aparente deve-se ao fato da dissimulação do próprio regime. Gaspari (2002) conta que, desde de agosto de 1970, a Embaixada Americana em Brasília mentia para o Departamento de Estado Americano. Informava que a tortura estava sendo substituída por métodos, “mais humanitários” de interrogatório. (PAIVA, 2015, p. 157).

Em relação ao enfrentamento à ditadura Militar, nas lembranças da estudante/professora, a resistência ao regime era conduzido pelas Faculdades<sup>7</sup> e, como a Faculdade de Direito<sup>8</sup> era próxima ao IEP, as coisas (resistência) acabavam acontecendo. Diz ela:

O negócio era o seguinte, na época da ditadura o que acontecia com o IEP, porque a gente era vizinho da faculdade de Direito e quando a UNE tomou a faculdade de direito, a gente ia lá e o pessoal da faculdade de Direito ia lá no IEP. Só que no IEP, o Estado, [...] impedia, impedia um pouco. Aí a gente ficava naquela grade.

Nessa época, a repressão era grande, porém ainda se observava o movimento estudantil em ebulição, organizado e com apoio popular, como foi no caso da passeata, no Rio de Janeiro quando do assassinato do Estudante Edson Luis<sup>9</sup> e em Belém quando do também assassinato no interior da UFPA, do aluno Cesar Leite<sup>10</sup>. Em relação a morte deste último, Leite (2015), em texto ao CONSUN-UFPA, relata.

Bem cedo te fizeram calar bem na flor da idade, covardemente, com tiro nas costas estando sentado em sala universitária assistindo aula, na disciplina “Estudos dos problemas Brasileiro”, e que problemas... Impuseram o cessar de teus desejos, tua musicalidade, pretensões e aptidões. Nossos pais, em frangalhos. Nossa mãe, hoje com 80 anos ainda anda pelos Tribunais, lucida.

Além de que a UNE, mesmo na clandestinidade, era forte, as assembleias universitárias eram constantes pipocando em todo Brasil, como nas Faculdades de Economia – Urca –Rj, Instituto de Ciências Sociais, também no Rio (SYRKIS, 1980). No Pará a vanguarda da Faculdade de direito tomou as rédeas da organização, porém o IEP, não podia participar diretamente desses atos, segundo a estudante/professora, por ‘ordem do governador que vinha por intermédio do Secretário de Educação a quem o Instituto era institucionalmente subordinado’.

A SEDUC proibia falas, por meio de portarias, que fossem contrárias à ditadura, ou seja, a contraposição a processo de mobilização visando o restabelecimento democrático no país. Rosário (2004, p. 4 ) ao analisar essa questão indica que,

A opção foi a ruptura com o processo que alinhava o Estado democrático pela implementação do Estado autocrático, repressor e autoritário. Essa interrupção, causou danos às liberdades democráticas que vinham sendo construídas em conjunto com o Estado democrático, no interior da sociedade brasileira, na qual sobressaiam-se os movimentos sociais como principais interlocutores dos trabalhadores e do povo de modo geral.

Nas lembranças da estudante/professora, a falta de liberdade democrática, no IEP, a primeira vista, dão a dimensão do significado de uma ditadura ao processo social, em particular aos processos educativos sejam eles formais ou informais. Diz ela.

Na verdade, a entrada não era proibida, mas ele proibia falar mal da ditadura. Tinha aquelas portarias (não sei se ainda tem lá). Desde 4.024, mas na 5.692 eles tiveram maior interesse porque tinha que fechar porque era estado de recessão que a gente tava aí tinha que atender elogiar a ditadura passar pro estudante que a ditadura era uma coisa boa para o estudante. Isso em todas as disciplinas.

A SEDUC, agia no IEP, por meio do Secretário de Educação que usando de uma visão privilegiada, quando os estudantes começam o processo de articulação com os universitários eram totalmente tolhidos.

[...] era o secretário de Educação, mandava ordem, porque a SEDUC, funcionava defronte do IEP, naquele prédio, onde hoje é a FAPESPA, prédio de 03 andares. De lá eles tinham uma visão muito boa do IEP, eles sabiam de tudo que acontecia. Tanto é que os cavalos que pertenciam à cavalaria ficavam ali naquele pátio (por onde vcs entraram) (estudante/professora).

Entretanto, é impossível conter o ímpeto social em busca de garantir aquilo que é de mais caro, seus direitos. Seguindo essa linha de raciocínio, a mobilização dos estudantes da Faculdade de Direito despertava a curiosidade e o desejo de lutar das estudantes do IEP. Ao (re)lembrar os episódios da época, a professora/estudante informa que a impressão era de que a juventude universitária paraense se orientava no sentido de resistência à ditadura.

Passavam lá (IEP), mas não eles não adentravam, porque eles estavam na luta pelas universidades, ocupação das universidades. Contra a Reforma Universitária que foi a primeira, em 1968, aí todas as faculdades de engenharia, no comércio, de medicina, na generalíssimo de filosofia, eles se comunicavam, faziam uma rede e se encontravam, na Praça da República, lá perto da medicina, cada vez era numa e às vezes gente ia, quando era na Praça da Trindade perto da Faculdade Direito, a gente estudante estava passando, via o ato, a gente ia, tinha o trote. Tudo de penetra.

A movimentação feita por essas faculdades influenciou o IEP, particularmente a da Faculdade de Direito no sentido da reflexão sobre os acontecimentos pós ditadura. Nas lembranças da professora/estudante,

Mas a de direito que era vizinha. Porque a gente ficava se perguntando porque eles estão ficando na faculdade se não tem aula. Daí, a gente perguntava pro nossos professores e eles diziam que eles estavam resistindo contra a RU.

Foi deste modo que o IEP, segundo a estudante/professora, resistiu à ditadura militar mesmo sem estar na linha de frente das manifestações públicas.

[...] O IEP foi um dos focos de resistência a ditadura, até porque nos tínhamos professores de história que estavam fazendo direito e estavam na ocupação da faculdade. Nos tínhamos professores de biologia que estavam fazendo medicina. Então eles passavam algumas informações.

Ao mesmo tempo em que a resistência tentava organizar-se para combater o regime, este endurecia seus procedimentos e por meio do decreto 477, promoveu invasões e demissões em vários lugares, PUC, Engenharia do Fundão, Economia, etc., forçando a entrada na clandestinidade da maioria das lideranças enquanto outras eram presas. (SYRKIS, 1980). Esses procedimentos levaram, o ME entrar em refluxo.

No Estado do Pará, o controle vinha da SEDUC, do Conselho de Educação, normatizando sugerindo alguns programas, por meio de portarias. Nas lembranças da professora/estudante os atos se processavam da seguinte forma.

[...] a SEDUC sempre mandava as sugestões, tinha os programas de OSPB, EMC, no currículo, os professores eram um pouco vigiados. Eram disciplinas que foram implantadas para passar porque toda às vezes que entra um novo regime, no país, eles mexem nas escolas, mexem na área de educação, inclusive na parte de currículo que é para poder sedimentar aquela proposta política. Daí quando eles entraram com OSPB e EMC qual era o grande objetivo? Que aqui (UFPA) a nível de 3º grau, qual era a disciplina? EPB. Era mostrar o lado, fazer propaganda de que a ditadura era uma solução para o país, não existia o debate, em sala de aula, não existia questionamento, até porque a gente estava num parte de formação, no pedagógico, porque na 4.024/61 era o pedagógico.

O pedagógico ao qual a professora/estudante se refere fazia parte do ‘segundo ciclo, com a duração de três anos, ciclo colegial - curso secundário normal, funcionavam em Escolas Normais e nos institutos de educação, com objetivo de formar os professores pedagógicos que lecionariam no ensino primário (Saviani, 2009, p.7).

No IEP, depois do endurecimento do regime os diretores não se manifestavam, às vezes por medo, mas a maioria por causa de ter sido indicado e nomeado pela SEDUC. Quando a professora/estudante lembra-se do fato portarias faz associação ao papel exercido pelos diretores. ‘As portarias não chegavam para nós, na sala de aula. Às vezes a gente perguntava eles diziam é por causa da portaria. Ai ficava tudo muito solto. A gente presume, porque os diretores não se manifestavam [...], o diretor era nomeado pela SEDUC.’

Os professores de OSPB, não deixavam ninguém se manifestar, ‘nossa professora de OSPB, segurava o debate porque os professores de OSPB eram visados e muitos eram militares’. Assim, no decorrer das aulas abordavam questões relacionadas à pátria e ao papel do povo perante a sociedade brasileira.

Abordavam a questão de você o culto à pátria, a importância da pátria na vida da comunidade para o Brasil, para a população brasileira. Tanto é que a gente cantava o hino nacional, hasteava a bandeira, lá por onde vocês entraram, ainda tem os mastros, cada dia era uma série.

O encaminhamento ideológico, era trabalhado, por meio do culto à pátria, o amor à pátria, os símbolos se materializava do ponto de vista teórico – prático. “atividades, nas aulas de cantos, por exemplo, na disciplina canto orfeônico, por isso que eu sei, o hino do Pará, da bandeira”.

O redirecionamento de algumas disciplinas, não alterou o conteúdo, ainda com diminuição de carga horária, uma aula por semana, no dizer da professora “a exemplo do hino do IEP o que a gente estudava e cantava. Era Maria era pianista, lutou para que aprendêssemos, Waldemar Henrique, tinha o coral da escola, voltada para folclore.”

Ao lembrar-se de disciplinas que tratavam da política nacional, relaciona a história da educação, como disciplina que sofreu modificação do ponto de vista do conteúdo e da metodologia. Ao discorrer sobre os motivos, lembra.

Acontece o seguinte. Até porque muitos professores que não aceitavam o direcionamento, saíram do IEP e foram para outras escolas (não saíram do estado), por causa da modificação curricular, sugerida pela SEDUC. A sugestão que a SEDUC mandava, por isso que era bom se conseguisse um programa da época, não sei se tem lá (arquivo do IEP), porque a SEDUC mandava sugestão de programa e a partir das sugestões o professor elaborava o seu programa e depois elaborava seu plano de curso’

Em relação ao ensino técnico, a estudante/professora informa que a despeito da nova orientação o IEP nunca se descuidou dessa dimensão da formação e que historicamente a mantinha em seu ordenamento curricular em espaço apropriado, escola de aplicação.

[...] o IEP, sempre formou tecnicamente. O que mudou, com a 5.692/71, por exemplo, o nosso estágio, eles acabaram com **nossa escola de aplicação, era uma escola laboratório** (lá a gente passava por todas as etapas de formação, do ponto de vista técnico, secretária, pelo serviço técnico e pela sala de aula), com professores nomeados. Foi uma perda terrível. O IEP Ele vieram com o discurso que a gente só saía com uma visão que era aquela da escola laboratório e que a gente precisa ir ver como funcionava outras escolas, inclusive as da periferias. Porque na escola de aplicação como no IEP tinha muito filho de rico. Por isso que dizem que quando democratizaram a educação brasileira que a população teve acesso a essa escola, houve um desgaste no currículo a qualidade caiu cresceu muito, vinha muita gente. (grifo nosso).

O processo de “intervenção” ao IEP fez com que muitas/os professoras/es solicitaram saída do instituto.

Muitos professores pediram transferência da escola pq não trabalhavam diretamente com formação de professor, diziam que não queriam deixar lacuna na nossa formação. Depois que fui saber quando voltei como docente, em 1982, dez depois, conversando com colegas que ainda estavam lá, aí eles me disseram.

Em relação aos mecanismos democráticos representativos das/os professoras/os, a estudante professora informa que eles, apesar da ditadura, continuavam a existir e eram fortes.

No IEP tinha associação de professores muito forte, inclusive no período da ditadura, grêmio, a Hermelinda que era a diretora do IEP. Tinha sim grêmio, eu fui presidente, o Ronaldo foi também. Fui presidente, eu tava lá estudando

Ao mesmo tempo, esclarece que a representação estudantil, por meio da atuação do Grêmio ‘era muito controlada, a gente não podia ir muito longe, não grêmio livre’. No IEP, esta representação estudantil, tornou-se quase que um organismo burocrático.

O grêmio ajudava no desfile escolar, na festa dos professores (era muito bacana), organizava eleição para representante de turma; porque naquela época tinha carteirinhas de estudante dadas pela escola, então a gente chegava dava nossa carteirinha para inspetora que a colocava na caixa e quando a turma terminava a inspetora ia na sala e entrega a carteirinha. A entidade não se posicionava politicamente, só nas atividades científico-culturais da escola, tinha uma feira, desfile escolar, aniversário da escola, entrega das carteirinhas.

Neste sentido, a direção do IEP mantinha o controle sobre o movimento estudantil “O grêmio só ajudava nas atividades que eram previstas pela direção em

relação aos alunos. Com isso a direção tinha um controle que na época a gente não se dava conta”, afirma a estudante/professora.

Por outro lado, era capital que as instituições educacionais, a exemplo do IEP se tornassem um instrumento importante de veiculação, divulgação e consolidação do ideário autocrático e autoritário baseado na doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional.

Alguns artifícios usados para manutenção do poder e veiculação e consolidação desse ideário, como os desfiles escolares. “A partir de 1964, não houve uma tendência de se uniformizar os desfiles para aclamar o amor à pátria” e a (re)afirmação de aposta nos estudos como progresso “Sempre tinha tema, por exemplo, estudar é também semear” (estudante/professora).

Nesse sentido, segundo a estudante/professora, a perspectiva geral do desfile escolar mudou em atendimento ao novo reordenamento.

Mudou o caráter do desfile, porque tinha o interesse em fazer com que a gente louvasse a pátria, então os desfiles eram muito voltados para pátria, para nosso estado isso e as autoridades iam os governadores (não mandavam representantes) iam os prefeitos. O desfile era na presidente Vargas.

Nessas ocasiões o IEP, cumpria o papel de instituição escolar alinhada aos destinos do país, sem se opor ao regime. A (re)lembrar os desfiles a estudante/professora, fala de como era a disposição e caracterização do instituto.

Tinha o pelotão verde amarelo. Porque antes, por exemplo, a nossa escola tinha o uniforme do diário, da educação física e o uniforme do esporte, jogo e os pelotões eram com esses uniformes, a não ser o banda que era mais cheio de “frescurites” que era mais sofisticado, era o governo que dava que o nosso uniforme da educação física era o governo quem dava aquele sapato conga branquinho, as meias. O nosso uniforme de educação era doado, dizem também que era pq. Para democratizar, porque se tu olhares as escolas eram todas no centro da cidade, na periferia só tinha os grupos escolares.

E continua

Era assim, na frente o pessoal das bandeiras, depois outro do uniforme do diário, todo (em)becado (com aquela sainha azul de prega), depois vinha a banda, depois vinha o uniforme da ginástica, depois o do jogo. Porque nessa época tinha os jogos colegiais paraenses que eram chamados Tinha também um concurso de redação que a Zélia Amador de Deus cansou de ganhar pra nós. Melhor redação. Os melhores alunos (1º lugar) ganhavam uma nomeação pra ser professor do estado e um anel de grau. Primeiro lugar de toda a escola.

A posição da estudante/professora em relação a ditadura militar, é a de que sob o pretexto da democratização impôs a perda qualidade do ensino.

Foi uma época muito difícil porque a gente tem que democratizar o ensino, a educação, o acesso mas a gente não pode perder de vista a

qualidade e com esse discurso de democratizar se perdeu a qualidade até porque a classe média alta e a burguesia tirou seus filhos dessas escolas, porque enquanto seus filhos estavam lá eles iam e exigiam da escola uma qualidade. Daí a massa de aluno que entrou os pais não tiveram essa consciência, o IEP ficou uma escola muito complicada. Os alunos eram de toda grande Belém, de Marituba. Os pais não participavam.

Em relação as/os professoras/es, houve mudança na dinâmica do IEP, com pelo menos dois grupos que tentavam encaminhar o processo educativo. Na memória da professora/estudante, “existiam professores adeptos da ditadura, eram da ditadura/ da diretora e outros resistentes, ligados à esquerda, havendo embates, entre a esquerda e os adeptos da ditadura”.

Eles se manifestavam em sala de aula através das disciplinas deles; em compensação o pessoal que ficou com OSPB, EMC, sociologia e filosofia, se manifestava também em sala de aula de forma discreta, mas sempre mostrando os dois lados da moeda. Era discretamente, não era um negócio escancarado porque a barra era muito pesada. Abertamente só o pessoal que apoiava a ditadura porque eles tinham respaldo.

Os diretores também desempenharam um papel importante, segundo a estudante/professora, “os diretores não impediam, de certa forma. Olha foi a Raissa (tá viva), foi também nossa professora de psicologia; a Maria Alice, foi nossa professora de didática; o Dionísio Haje (esse já tá morto) ele foi nosso diretor e depois secretário de educação, Jhonatas Athias, foi nosso professor de geografia, Secretário de educação”.

A estudante/professora ao (re)lembrar a posição das/os professoras/es e diretores, entende que a posição tomada devia-se ao fato de que o IEP era/é uma instituição de formação de professoras /es deste país que nem por debaixo da mais cruel ditadura deixou de cumprir seu papel.

As autoridades ligadas à educação eram formadas no IEP. “De lá do IEP saía essas autoridades; a Ruth Costa, foi secretária do IEP, depois ela foi depois foi secretaria do MEC e depois foi secretaria de educação. Tinha também essa ponte por os governantes acharem que as pessoas que estavam dentro do IEP eram as pessoas mais abalizadas para assumirem os cargos na área de educação porque nós tínhamos uma escola de aplicação, a nossa formação, os nossos estágios eram na escola de aplicação que é hoje onde funciona o CEE.

As professoras/es do IEP, não chegaram a ser presas/os, porque segundo a estudante/professora ‘eram concursados’ e no máximo, ‘o que era feito quando o professor se insurgia, botavam ele para outra escola’.

Em relação à veiculação de informações a respeito da ditadura, a estudante/professora informa que o jornal, ‘A folha do Norte’ foi fechada e que,

escutava, a Voz do Brasil, em casa que o papai era comunista mas ele escutava. A voz do Brasil dava ênfase aos feitos dos militares, pois toda vez que há uma modificação política no país eles tem que pegar os meios de comunicação e o sistema educacional que é para poder

solidificar aquela ideologia que eles estão implantando, então a voz do Brasil tinha esse objetivo que era falar bem da ditadura.

A memória da estudante professora à época da ditadura perpassa à transformação do magistério implementada pela lei 5.692/71, de um processo que ao adequar a educação formal ao projeto de intervenção, esvaziou o currículo em termos de qualidade.

Quando voltei pro IEP em 1982, trabalhei a partir da regulamentação da 5.692/71 e vi o currículo esvaziado e quando ela esvaziou o currículo a qualificação do professor caiu e o IEP sentiu. Primeiro pela chegada dos alunos que vinham do ensino fundamental e quando nos fomos reajustando os currículos, daí a minha disciplina era estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, trabalhei com estágio e trabalhei com história da educação. Então houve ajuste de conteúdo, até porque aumentou muito, porque eles resolvera aumentar fazer o mais pelo menos; mais em quantidade e o menos em qualidade.

Esse esvaziamento do currículo, segundo a estudante/professora, permitiu ao IEP, discutir sobre os rumos de seu processo educativo tendo em vista à formação de professoras/es.

A discussão sobre o esvaziamento do currículo se dava por meio de discussões, principalmente nos anos 80, pós abertura, diretas já, a gente colocava a menina na rua. A formação dos alunos foi sendo cada vez mais esvaziada e deu no que deu.

Recorda-se também que o IEP, passou à resistência em prol de mudanças para redemocratização do país, diz, O Sintep<sup>11</sup> nasceu no IEP, foi lá as primeiras reuniões de criação da APEPA depois FEPPEP.

A organização docente vem desde 1979, ocasião em que ocorreu a “marcha pela educação” para reivindicar o direito à educação e condições dignas de trabalho, fundando-se a Associação dos professores do Estado do Pará (APEPA), coordenada por professores e militantes que organizavam as Comissões de Bairros de Belém e associações em municípios do Estado, principalmente os do Baixo Tocantins. Em 1983 esta entidade transformou-se em Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará (FEPPEP) e após a Constituição de 1988, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP). GUTIERRES (2011). <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0120.pdf>.

A localização estratégica, do IEP, assim como permitia o secretário de educação, no período mais sombrio da ditadura, vigiar estudantes e professoras/es, na (re)democratização serviu para os movimentos em prol das liberdades se abrigarem e, sobretudo, alinhavarem rumos da educação. No dizer da estudante/professora, ‘inúmeras

passadas saíram de lá. Inúmeros de debates, seminários, cursos de formação. Era outra coisa, respirava-se e organizava-se as bases de outro país.

Ao mesmo tempo, segundo a estudante/professora, ‘o movimento estudantil Ipeano, articulava-se e junto com outras escolas de nível médio, enfrentavam a ditadura, o que sobrara dela’. Nesse momento (re)organizou-se o grêmio livre, importante mecanismo de construção atuação dos estudantes. “O grêmio do IEP, era forte e ajudou na discussão curricular, promovendo debates sobre o ensino, sobre política, a eleição para escolha do governador do estado, em 1982, foi tema muito debatido.”

Essa realidade apresentada pela estudante/professora, demonstra que em pleno regime militar, o IEP além de lutar contra o ditadura lutava pela democratização da escola pública paraense. “O movimento do IEP ia buscar apoio em outros estabelecimentos de ensino como forma de ampliar sua luta e se tornar forte na luta pela educação de qualidade”.

E na resistência formou inúmeros quadros destinados à educação básica paraense, até ser envolvido a partir de 1996, com a aprovação da LDB, na polêmica discussão sobre as instituições formadoras de professoras/es.

O IEP, nunca fugiu da luta, mesmo por debaixo das atrocidades ditatórias, deu um jeito de mostrar sua cara. Sua organização e sua luta foram fundamentais para mostrar que mesmo em um currículo esvaziado, no dizer da estudante/professora “a instituição pode formar professoras/es durante e pós Ditadura Militar.”

### **Algumas considerações.**

O IEP pode ser considerado um marco muito importante na formação de professores do Estado do Pará e um movimento de resistência à ditadura militar no período de 1964 a 1985.

Observa-se que a estudante/professora, participante da pesquisa, relata que a alteração no currículo do curso de formação de professores teve por objetivo atender os interesses ideológicos do tipo de governo implantado no país, porém, essa alteração não foi aceita pacificamente dentro do instituto, isso fica evidenciado quando se observa em sua fala a existência de dois grupos, um que se rebelava a proposta porque era colocada de cima para baixo e o outro grupo, pertencentes a “ditadura da diretora” que defendia e apoiava tal mudança.

Os professores pertencentes ao grupo contrário proposta se manifestavam e apresentava sua contrariedade à forma como o Regime Militar esvaziava o currículo de ensino, retirando disciplinas e conteúdos considerados importantes para a formação dos alunos e em seu lugar acrescentavam disciplinas, como OSBP e Educação Moral e Cívica, que não ajudavam a formar uma consciência cidadã, pelo contrário, tinham por objetivo trabalhar no aluno o conformismo com o governo que ai estava, em nome da “Ordem” e do “Progresso”.

Os movimentos de resistências ao Regime Militar instalados no interior do IEP, o qual era composto pelo movimento docente, os grêmios estudantis, etc. se constituíram em instrumentos de luta de suma importância para a educação paraense, porque por este instituto passavam alunos de diferentes segmentos sociais, principalmente, os futuros dirigentes educacionais, em sua grande maioria, acabavam sendo formados no IEP.

Dessa forma, podemos concluir afirmando que o IEP foi importante na formação de professores para a rede de ensino, como podemos perceber nas falas da professora Dora, mas também foi um instrumento de debate e embate contra o Regime Militar no

Estado do Pará. Sua luta contra o Regime era uma luta em prol da educação pública de qualidade no Estado do Pará, era uma luta pela formação, contra um currículo alienante e alienado que resultava em uma má qualidade do ensino. Dessa forma, ao trazer para seu interior a organização social em prol da escola pública de qualidade no Estado do Pará o Instituto contribuiu para a derrubada do regime, ao formar professores críticos como a estudante/professora, que utilizava suas aulas, para formar os alunos sobre os conhecimentos acadêmicos, mas também sobre a situação política do país.

### Referências

COSTA, Célio Juvenal. MELO, Joaquim José Pereira. FABIANO, Luiz Hermenegildo. **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.

FERREIRA JR. Amarílio. BITTAR, Marisa. **A Ditadura Militar e a Proletarização dos professores**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006 1161. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso em 11/12/15, às 23:22h

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira. **A Carreira dos Profissionais do Magistério do Sistema Municipal de Educação de Belém: O dito e o feito**. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0120.pdf>

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo, 2014

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do. **O pensamento tecnocrático e autoritário na educação brasileira**. Disponível em: <http://interno.uninove.br/PublishingImages/Mestrados%20e%20Doutorados/edu/I%20seminario/MFE%207.pdf>. Acesso em 12/12/15, às 00:27h

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em 27/02/15, às 13:47h.

SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa. **A EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PARÁ (1970-1985)**. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Pará – PPGED-UFPA, Belém- Pará, 2014.

SYRKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Globo Editora e Distribuidora Ltda., 1980.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Universidade Estadual de São Paulo, 2000. Nº 14. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>. Acesso em 27/01/15, às 16:16h.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. (TRAD) OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

---

<sup>1</sup>FREITAS, Sonia Maria de Freitas. In Prefácio à edição brasileira do Livro, “A voz do passado”, de THOMPSON, Paul, 1992.

<sup>2</sup> Bianca Oliveira, Laryssa Gonçalves, Maria José Aviz do Rosário e Clarice Nascimento de Melo.

<sup>3</sup> Hérica Clarindo Lima e Yara Lucena.

<sup>4</sup> No momento atual vive-se a luta para que o voto do povo que elegeu a presidenta seja garantido.

<sup>5</sup> O período que se estende de 1969 a 1974.

<sup>6</sup> Em 11 de agosto de 1971 foi aprovada a lei 5.692/71, que modificou radicalmente a estrutura do ensino brasileiro, em atendimento a concepção no novo governo.

<sup>7</sup> Nesse período, o Campus do Guamá, hoje Cidade Universitária José da Silveira Neto, ainda não havia sido construído, portando as faculdades que compunham a UFPA (fundada em 1957), eram espalhados pela cidade de Belém.

<sup>8</sup> Prédio que hoje pertencente a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção-PA.

<sup>9</sup> Foi assassinado no interior do restaurante Calabouço-Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Morto por uma bala enquanto assistia aula, no bloco B, do Campus Básico da UFPA.

<sup>11</sup> Art. 1º - O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP, é uma associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 07.868.425/0001-66, fundada em vinte e três de outubro de mil novecentos e oitenta e oito quando da realização do VI Congresso Estadual da Federação Paraense dos Profissionais da Educação Pública (FEPPEP). Disponível em <http://sintepp.org.br/estatuto/>. Acesso em 19/12/15, às 21:25h.

Recebido: dezembro-15

Aprovado: janeiro-16